

MULHERES MIGRANTES EM LONDRINA/PR*Migrant Women in Londrina/PR*Evelyn Secco Faquin¹
Heloisa Dalfito Berbert²**RESUMO**

Tendo em vista a intensificação e diversificação dos fluxos migratórios internacionais presentes na Região Metropolitana de Londrina/PR, viu-se necessário o estudo da migração feminina e suas relações com o trabalho, violências sofridas e as dificuldades encontradas em suas trajetórias. Assim, o objetivo do artigo foi compreender a realidade das mulheres migrantes atendidas pelo Programa de Atendimento e Acompanhamento aos Migrantes, Refugiados, Apátridas e suas Famílias executado pela Cáritas Arquidiocesana de Londrina/PR. Enquanto procedimentos metodológicos optou-se pela revisão de literatura e a pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi realizada com cinco migrantes residentes em Londrina/PR, atendidas pelo Programa de Atendimento e Acompanhamento aos Migrantes, Refugiados, Apátridas e suas Famílias executado pela Cáritas Arquidiocesana de Londrina/PR, tendo sido utilizado como instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada. A partir da pesquisa realizada, compreendeu-se que as participantes da pesquisa, tiveram o Brasil como primeiro país de deslocamento, migraram em busca de melhores condições de vida para elas e suas famílias, e pode-se verificar que as participantes da pesquisa não estão no mercado de trabalho formal, ocupando postos de trabalhos informais, sem registro e sem carteira assinada. A maioria das entrevistadas está desempregada, sendo a única fonte de renda, o salário do companheiro.

PALAVRAS-CHAVE: Fluxos Migratórios Internacionais; Migração Feminina; Organizações Humanitárias; Igreja Católica.

ABSTRACT

In view of the intensification and diversification of international migration flows present in the Metropolitan Region of Londrina/PR, it was necessary to study female migration and its relations with work, violence suffered and the difficulties encountered in their trajectories. Thus, the objective of the article was to understand the reality of migrant women assisted by the Assistance and Monitoring Program for Migrants, Refugees, Stateless Persons and their Families run by Cáritas Arquidiocesana de Londrina/PR. As methodological procedures, the literature review and field research were chosen. Field research was carried out with five migrants residing in Londrina/PR, assisted by the Assistance and Monitoring Program for Migrants, Refugees, Stateless Persons and their Families run by Cáritas Arquidiocesana de Londrina/PR, having been used as a data collection instrument, the semi-structured interview. From the research carried out, it was understood that the research participants, had Brazil as the

¹ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail para contato: evelynseccofaquin@gmail.com.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail para contato: heloisa.berbert@uel.br.

first country of displacement, migrated in search of better living conditions for them and their families, and it can be verified that the research participants are not in the formal labor market, occupying informal jobs, without registration and without a formal contract. Most of the interviewees are unemployed, with their partner's salary being their only source of income.

KEYWORDS: International Migratory Flows; Female Migration; Humanitarian Organizations; Catholic Church.

Introdução

O presente artigo tematiza os fluxos migratórios recentes e a diversidade destes no Brasil contemporâneo, enfatizando a presença das mulheres em seu interior. Como colocado por Póvoa Neto (1997), a imigração deve ser vista como um fato, um fenômeno social, englobando diversos fatores que precisam ser considerados quando analisados. Nesta direção, definiu-se como objetivo compreender a realidade das mulheres migrantes atendidas pelo Programa de Atendimento e Acompanhamento aos Migrantes, Refugiados, Apátridas e suas Famílias executado pela Cáritas Arquidiocesana de Londrina/PR. Assim, são tematizados a descrição das entrevistadas, seus percursos migratórios, fatores motivadores da migração e inserção no mercado de trabalho.

Os procedimentos metodológicos (MARSIGLIA, 2007) estiveram pautados na abordagem qualitativa, recorrendo à revisão bibliográfica, a qual possibilitou compreensão acerca da temática e pesquisa de campo. Para a pesquisa de campo, elegeu-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. As entrevistas foram realizadas com mulheres migrantes usuárias do Programa de Atendimento e Acompanhamento aos Migrantes, Refugiados, Apátridas e suas Famílias da Cáritas Arquidiocesana de Londrina, mulheres estas que buscaram o Programa de forma espontânea no período de 11 de abril a 2 de maio de 2022, solicitando em sua maioria atendimento sobre documentação ou renovação dos documentos já adquiridos, tendo sido possível a realização de cinco entrevistas.

A exposição está dividida em quatro seções. Primeiramente, apresenta aspectos conceituais da migração caracterizando os fluxos migratórios internacionais contemporâneos. Em seguida, particulariza a migração feminina. A terceira seção descreve o protagonismo da Igreja e organizações religiosas no atendimento a migrantes, particularizando o Programa de Atendimento e Acompanhamento aos Migrantes, Refugiados, Apátridas e suas Famílias operacionalizado pela Cáritas Arquidiocesana de Londrina/PR. Por último, discute os dados a respeito da realidade das mulheres migrantes residentes em Londrina/PR.

Aproximações aos fluxos migratórios internacionais contemporâneos no Brasil

Refletir acerca do migrante, segundo Sayad (1998), é entendê-lo enquanto trabalhador provisório. Provisório, pois pode ser substituído a qualquer momento no contexto de ausência de efetivação de direitos vivenciado.

Quando se pensa nos motivos/fatores que levam as pessoas a se deslocarem, podemos considerar uma diversidade destes, sendo: busca por trabalho, conflitos políticos, guerras, crises econômicas e humanitárias, questões financeiras, questões climáticas, entre outros. Fetzner (2018) destaca que a migração é um fato histórico e social, além de ser um direito, uma vez que o ser humano tem o direito de ir e vir.

O ACNUR (2019) afirma, que todos os anos, no mundo todo, milhões de refugiados e pessoas deslocadas dentro de seus próprios países são obrigados a abandonar tudo, suas casas, família, amigos, trabalho e bens, visando defenderem a liberdade, preservar a segurança e proteger suas vidas. Sendo essa, a única opção possível e não uma escolha.

No entanto, em sua trajetória de migração, violações são sofridas, não tendo seus direitos assegurados, sendo algumas delas: a fome, violência sexual, violência psicológica, racismo, xenofobia, dificuldades com o idioma e a ausência de documentação exigida para sua entrada e permanência nos países.

Com base em Cavalcanti (2021) compreende-se que os anos de 2011-2020 foram importantes para a estrutura do novo cenário da migração e refúgio no Brasil. Após a chegada de imigrantes dos mais variados países do Sul Global (haitianos, senegaleses, paquistaneses, ganeses, sul-americanos, entre outros) ao Brasil, estes vieram a se inserir, de forma intensa, no mercado de trabalho. Assim, a história da migração do Brasil, na última década, está marcada pelas tantas heranças já deixadas por esses imigrantes, sendo particulares principalmente por suas várias origens sociais, culturais e geográficas.

Granada (2021) corrobora com essas afirmações indicando que a chegada de haitianos, senegaleses, ganenses e bengalis ao Brasil, os quais se integraram nas mais variadas cidades do país, resultou numa grande variedade de culturas nos locais de acolhimento. O autor acrescenta que, a mobilidade humana provoca o contato entre povos opostos. Tal contato, faz com que os imigrantes vivam situações de adaptação e compreensão de novos contextos de vida. Os imigrantes, ao chegarem em novos países, encontram novas culturas, nova língua, novos costumes, novas comidas. Como efeito dos movimentos migratórios, é bastante visível o

crescimento da diversidade e variedade das sociedades, que resulta em questões acerca de que modo seria possível estabelecer a gestão das desigualdades sociais e culturais nos territórios de integração dos imigrantes. Destaca ainda que, junto ao fenômeno de mobilidade humana, há chances de ocorrer: exploração de mão de obra, sofrimentos psíquicos e riscos pelo deslocamento por rotas perigosas.

Sayad (1998) afirma que políticas migratórias ganharam evidência no século XX por consequência da crise econômica, pelo desemprego e outras dificuldades. Cavalcanti (2021), menciona que em 2017, no Brasil, institui-se a Lei de Migração (Lei n.º 13.445/17) visando garantir direitos para os imigrantes e emigrantes, substituindo o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980). Baggio e Nascimento (2018) destacam que, o novo marco legal migratório brasileiro caracteriza um progresso no que diz respeito aos imigrantes, trazendo mudanças fundamentais e um novo foco, assentindo direitos próprios para as pessoas em situação migratória, colocando-os numa condição de proteção dos direitos humanos.

O artigo 3º da Lei de Migração, que trata dos princípios e diretrizes da política migratória no Brasil, traz fundamentado em vários incisos essa nova perspectiva, repudiando toda forma de xenofobia e criminalização de processos migratórios e assegurando acolhida humanitária (BAGGIO; NASCIMENTO, 2018).

Particularidades da migração feminina

No sentido de refletir a respeito da condição da mulher migrante no Brasil a partir da realidade exposta, verifica-se que no capitalismo³ as mulheres são, efetivamente, marginalizadas e oprimidas. A divisão sexual é uma fração da divisão do trabalho. As mulheres são colocadas em segundo plano. Seus salários, em muitos casos, são inferiores aos dos homens. São duplamente exploradas, pois, além de sofrerem desvalorização no mundo do trabalho, também são responsáveis pelo trabalho doméstico.

De acordo com Santos (2015), a sociedade capitalista, como também a escravista e a feudal, atribui à mulher a maioria do trabalho doméstico, sendo o cuidado dos filhos um dos fatores que impedem que mães trabalhem fora de casa. Em contradição, na divisão social do trabalho, quando na fábrica⁴ a força de trabalho da mulher é solicitada pelo capital,

³ O capitalismo é definido por Melo (2015) como um modo de produção, estabelecido na ruptura que ocorre entre o produtor e o meio de produção, na extração do mais-valor e no apoderamento privado do trabalho excedente, sendo a desigualdade social sua característica.

⁴ Santos (2015) destaca que a partir da origem da grande indústria o trabalho das mulheres veio a ser solicitado por conta de serem: atenciosas, habilidosas, resistentes, rápidas e tolerantes, no exercício de trabalhos que são

simultaneamente ela é também condenada pelo descaso com a família e com os serviços domésticos, consequência pelo período que se ausenta de seu lar.

Schuh e Silva (2021) ressaltam que a divisão sexual do trabalho apresenta elementos estruturais, culturais, relacionados com a exploração do trabalho. E foi desde o surgimento da propriedade privada que se desencadeou o projeto de desqualificação das mulheres como sujeitos históricos da sociedade, uma ação patriarcal. As autoras trazem ainda que, com a chegada da Revolução Industrial⁵, no século XVIII, foi notável que muitas mulheres começaram a trabalhar nas fábricas.

Refletindo acerca da migração feminina, Dutra (2013) evidencia que, na atualidade, as mulheres somam cerca da metade de migrantes internacionais, ao nível mundial. Em determinados continentes, ultrapassam a quantidade de homens migrantes. Apesar disso, para estas mulheres, não são dadas as mesmas oportunidades para se migrar de maneira legal, como são oferecidas para os homens. Esse processo é resultado da falta de um marco regulatório, que seja justo às demandas das mulheres migrantes no mundo, demandas acerca de direitos trabalhistas e documentações, portanto, as torna mais expostas e ainda mais vulneráveis às ameaças como consequências da mobilidade.

Dutra (2013) reforça o fato da maioria das mulheres migrantes levarem a marca de serem pobres e sem família, fatores esses que reforçam a desvantagem, não somente pelo gênero, mas também por sua posição de classe social, sendo então, mulheres, negras em muitos casos e pobres. O trabalho doméstico é a atividade majoritária das mulheres migrantes. A autora destaca que tal ocupação é fundamental e faz com que a economia, para fora do espaço doméstico, funcione. Porém, é um ramo menosprezado pela economia formal e quase sem nenhuma regulamentação.

vistos como pesados e difíceis para os homens. A reestruturação produtiva é um dos métodos do sistema capitalista, em que pretende recuperar o aumento da taxa de lucro que reflete sobre as condições de trabalho e sua reprodução de modo generalizado.

⁵ A Revolução Industrial foi um marco na história da industrialização. Iniciou-se na Inglaterra, no século XVIII, com transformações técnicas e econômicas. Teve como consequência diversas modificações nas relações de trabalho e nos sistemas de produção. Obteve um importante desenvolvimento tecnológico. Tal revolução deu origem à indústria e estabeleceu o processo de desenvolvimento do capitalismo, sendo expresso no ato de “dar” emprego as pessoas. Por consequência do advento da indústria, acarretou transformações na economia mundial, estimulou e aperfeiçoou a produção de mercadorias e a utilização dos recursos provenientes da natureza. Na época, foi criada a primeira máquina a vapor. O setor têxtil foi o mais afetado pelas transformações da Revolução Industrial, de forma positiva, pois deu-se a transição do trabalho manual/artesanal para o sistema de mecanização do trabalho.

Ao discorrer sobre a trajetória da mulher haitiana na indústria de carne⁶ no Brasil, Mamed (2017) expõe que muitas mulheres migram acompanhando seus pais, companheiros, mas também, de modo independente, como chefes de família, buscando trabalho, objetivando garantir renda para se manterem e para enviarem para quem ficou no país de nascimento. A partir de uma entrevista realizada pelo autor com uma mulher haitiana que migrou para o Brasil, é possível observar que, diante dos dados expostos, as mulheres, durante o trânsito passam por um longo período de viagem, sendo o custo da viagem muito alto e durante este trânsito tem muitas chances de ficarem doentes. Ao chegarem, quando conseguem um emprego, em muitos deles os salários são baixos, as condições de trabalho são insalubres e jornadas extensas e intensas. Muitas vezes, o salário não é suficiente para sua sobrevivência e nem para o sustento da família que ficou no Haiti.

Sendo imigrantes, as mulheres estão sujeitas a passarem por questões de exploração, tanto no trabalho como nos demais espaços em que participem. Mamed (2017) aponta o fato dos migrantes que participaram de sua pesquisa, assim que chegaram ao Brasil, não terem tido acesso a nenhum tipo de garantia de direitos sociais, nem das instituições que os caracterizavam e representavam na condição de trabalhadores.

Tonhati e Pereda (2021) colocam que, as mulheres haitianas, principalmente a partir de 2013, deram início ao processo de feminização das migrações no Brasil, porém, as venezuelanas foram responsáveis pela ampliação do número de mulheres imigrantes. Em 2015, deu-se o começo dos deslocamentos de venezuelanas, resultando também em um avanço do acesso de mulheres aos postos de fronteira do país, crescendo o número de inserções destas mulheres em campos de trabalho formal.

A partir do estudo de Tonhati e Pereda (2021), entende-se que, mesmo com o crescimento de mulheres migrantes vindo para o Brasil, isso não quer dizer que estão conquistando igualdade e independência, conseguindo melhorar suas condições de vida por meio da migração, sofrendo menos exploração, quando colocadas em comparação aos homens. Os postos de trabalhos que as mulheres migrantes ocupam são locais com alto índice de exploração de mão de obra, com mínimas condições de trabalho, jornadas de trabalho que ultrapassam os limites de carga horária e baixos salários.

⁶ Nos setores de frigoríficos, as mulheres ocupam postos de trabalho relacionados a cortes, a embalagem, a desossa destes animais e no serviço de limpeza, sendo essas funções exercidas principalmente por imigrantes negras (MAMED, 2017).

O protagonismo da igreja no atendimento a migrantes: aproximações à migração em Londrina/PR

Diante do cenário das migrações internacionais, estabelece-se a demanda por atendimentos direcionados a este público. Nesta direção, Senhoras, Mendes e Silva (2022) indicam que diversos tipos de organizações participam deste processo diante da estreita oferta pública estatal, reconhecendo desde a participação direta das Igrejas e movimentos religiosos, chegando até a institutos, associações, fundações e organizações não governamentais (ONGs).

Para Senhoras, Mendes e Silva (2022), a construção internacional dos sistemas de atendimento a migrantes ocorreu por meio de uma “relativa laicização”, alcançada por ações de solidariedade prioritárias ou até exclusivas, apontando um local que fosse secundário para os propósitos e fins de doutrinação religiosa.

No que tange à realidade brasileira contemporânea, os autores enfatizam a atuação das Igrejas e organizações da sociedade civil no interior da migração venezuelana no estado de Roraima entre os anos de 2018 e 2022 e trazem como referência a Operação Acolhida, criada na gestão de Michel Temer, em parceria com governos subnacionais, organizações internacionais especializadas da ONU e com órgãos da sociedade civil, compondo-se da maioria de natureza religiosa. Os autores destacam que, além da participação direta das Igrejas nas ações de recepção, acolhimento, integração e interiorização de migrantes e refugiados venezuelanos, pode-se identificar, a presença de diversos institutos, fundações, organizações não-governamentais e associações, em sua maioria com algum nível de ligação com Igrejas e movimentos religiosos. Apontam ainda que as instituições religiosas executam uma construção social única para os migrantes e refugiados venezuelanos deslocados no estado de Roraima. As ações executadas vão mais adiante do alento dos sentidos da religiosidade, sendo materializada por meio do fortalecimento de ações humanitárias e de uma rede interinstitucional de trabalho no interior da agenda pública da Operação Acolhida, em conjunto com órgãos internacionais especializados da ONU, outras instituições da sociedade civil e instituições estatais.

Para se refletir acerca dos fluxos migratórios em Londrina/PR, recorre-se a Patrocino e Patrocino (2021) que apresentam aspectos históricos e econômicos da migração em Londrina e região e demonstram que as cidades da região, nas últimas décadas, começaram a ter a presença de migrantes internacionais oriundos dos fluxos recentes. A Região Metropolitana de Londrina (RMLO)⁷ é receptora de muitas culturas, sendo elas: haitiana, venezuelana, japonesa, árabe,

⁷A RMLO é composta por 25 cidades, sendo elas: Londrina, Cambé, Ibiporã, Rolândia, Arapongas, Bela Vista do
REVISTA RELEGENS THRÉSKEIA – 2022 – UFPR

entre outras. Os autores afirmam também que a existência destes imigrantes na região tem as particularidades da expansão Sul-Sul, ou seja, em que as grandes cidades não são as primeiras opções dos imigrantes. Nas últimas décadas, a região vivenciou expansão econômica, nas mais variadas áreas de atuação profissional, sendo elas: construção civil, indústrias e serviços gerais. Estes serviços, quando contratam imigrantes, criam um contexto de informalidade, com escassez de fiscalizações e regras de trabalho.

A partir de uma análise acerca das características das migrações recentes na RMLO, segundo Bettiol Lanza et al. (2020), observou-se que 75% dos imigrantes localizados na região são homens e 23% são mulheres, tendo idades de 18 a 56 anos. Conforme os autores, na RMLO encontram-se imigrantes que migraram de 12 países, sendo eles da América Latina, de países da África e do sul asiático. Os países são: Venezuela, Síria, Peru, Angola, Bangladesh, Bolívia, Camarões, Colômbia, Haiti, Guiné-Bissau, Nigéria e Senegal. Ressaltam também, por consequência da heterogeneidade encontrada nos fluxos migratórios, na busca de conhecê-los e intervirem em seus meios, vê-se a necessidade de implantação de maneiras de sistematizar, ou seja, organizar estas relações por meio dos instrumentos cadastrais das políticas públicas em âmbito nacional e local incorporando estes grupos.

Por meio da pesquisa de Bettiol Lanza et al. (2020), foi possível observar que os imigrantes tiveram o Brasil como país primeiro de migração, ou seja, não passaram por outro país antes de entrarem neste. Destacam-se os motivos que levaram estes migrantes a saírem de seus países de nascimento, sendo os principais: terremotos; guerras; ajuda para a família; simpatizar-se pelo Brasil; entre outros.

Os autores sinalizam, também, que a maioria dos participantes da pesquisa chegaram ao Brasil sozinhos e afirmam não terem recebido qualquer espécie de auxílio no momento de sua chegada. Observaram, ainda, as dificuldades centrais vividas pelos migrantes quando chegaram ao Brasil, sendo elas: dificuldades com a língua/idioma, costumes diferentes, dificuldades para inserção no mercado do trabalho e aquisição de moradias e a discriminação, também relatada pelos participantes da pesquisa. No que se refere a documentação e tipo de visto, a maioria dos participantes da pesquisa dispunham apenas do passaporte, seguido de visto permanente, visto de turista, visto de estudante e os demais tipos de documentações.

Paraíso, Jataizinho, Sertanópolis, Lupionópolis, Tamarana, Alvorada do Sul, Assaí, Jaguapitã, Pitangueiras, Sertaneja, Uraí, Sabáudia, Florestópolis, Porecatu, Primeiro de Maio, Centenário do Sul, Guaraci, Miraselva, Prado Ferreira, Rancho Alegre.

Em relação aos fatores sobre a situação de trabalho destes imigrantes, Bettiol Lanza et al. (2020) observaram que é muito alto o índice de desemprego entre eles, sendo uma situação grave também os salários baixos. É importante acentuar que, mesmo que os imigrantes possuam um nível de qualificação de alto grau, exercem funções que demandam um baixo nível de especialização. A maioria, exerce funções de auxiliares de produção e manutenção, comerciantes ambulantes, pedreiros, trabalhadores domésticos, entre outros.

Diante da identificação das expressões contemporâneas dos fluxos migratórios internacionais na região e sua intensificação, assim como relatado por Senhoras, Mendes e Silva (2022) em Roraima, a Igreja, por meio, da Cáritas Arquidiocesana de Londrina/PR, apresenta-se enquanto única estrutura de atendimento a migrantes, seguindo as orientações da Cáritas Internacional⁸ que tem enquanto frente de atuação “Migração e Tráfico Humano”, a qual visa “acolher, proteger, promover e integrar migrantes e refugiados” (CÁRITAS INTERNACIONAL, 2022).

A Cáritas apoia os migrantes, defende os seus direitos e ajuda-os a viver com dignidade. Defende uma melhor legislação para protegê-los. Em seus centros em todo o mundo, a Cáritas oferece linhas diretas, abrigos, assistência jurídica e treinamento profissional para migrantes. Funciona além-fronteiras, ligando o apoio entre os países de saída e os países de chegada. A Cáritas garante que os migrantes estejam cientes dos riscos antes de sair de casa e saibam como obter ajuda depois. Através da sua advocacia e campanhas, a Caritas está empenhada em acabar com o abuso. Recorda-nos que os migrantes fazem parte da nossa família humana sendo reconhecidos pelas contribuições positivas que dão. A Cáritas trabalha para mudar as leis para que os migrantes sejam tratados com justiça e pressiona para que os tratados internacionais sobre migrantes, refugiados, requerentes de asilo e pessoas traficadas sejam adotados, ratificados e implementados (CÁRITAS INTERNACIONAL, 2022).

Nesta direção, a Cáritas Brasileira é um organismo da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), fundada em 12 de novembro de 1956, sendo uma das 170 organizações-membro da Cáritas Internacional. As orientações resultantes do Concílio Vaticano II determinam a prática da Cáritas, que, a partir daí, se mantém sob os valores da pastoralidade transformadora.

A Cáritas Arquidiocesana de Londrina foi fundada em 24 de outubro de 1996. Consoante o Estatuto da instituição, é um organismo da Arquidiocese de Londrina e membro

⁸ “Organizações como a Cáritas dificilmente podem ser enquadradas em um contexto local, nacional, ou mesmo internacional de atuação. Daí a importância de analisar seu trabalho como parte de um aparato transacional de governo, no qual uma multiplicidade de determinações são produzidas e articuladas em arranjos específicos de relações” (PERIN, 2014, p. 314).

da Cáritas Brasileira. Tem como finalidade: articular e assessorar toda ação social da Igreja Católica na Arquidiocese de Londrina, incluindo: paróquias, pastorais, movimentos e outras forças de evangelização; promover e articular ações de assistência social, saúde, cultura, educação de base, moradia, promoção da solidariedade, entre outras ações sociais, a famílias e pessoas empobrecidas, em especial, crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência, mulheres, idosos, populações de rua, migrantes, refugiados, apátridas e outros que se encontrem em situações de vulnerabilidade ou risco pessoal, ou social, nas áreas rural e urbana, para vigorarem a justiça social, a fraternidade humana e a caridade cristã; realizar ações solidárias de geração de trabalho e renda, como bazares e feiras permanentes solidárias; representar as pastorais sociais da Arquidiocese de Londrina junto a órgãos públicos e privados para pleitear recursos visando o desenvolvimento de seus projetos, responsabilizando-se pela gestão e prestação de contas dos recursos recebidos, entre outros.

Nesta direção a Cáritas Arquidiocesana de Londrina, também se vincula à atuação da Cáritas Brasileira na área de Migração, Refúgio e Apátridas.

A intensificação dos fluxos migratórios para o Brasil ocasionou um aumento importante de demandas por serviços e políticas, especialmente nas pequenas cidades de fronteira onde se concentram pessoas e famílias que chegam por estas vias. Nesse contexto, governos, organizações da sociedade civil, organismos internacionais, igrejas e outros atores são motivados a estabelecer políticas e meios de acolhida para todas as pessoas que migram em graves situações de vulnerabilidade (CÁRITAS BRASILEIRA, 2022).

Em Londrina/PR, assim, a Cáritas segue as orientações internacionais e brasileiras, prestando atendimento a migrantes há cerca de duas décadas. No entanto, em 2014 foi criado o Programa de Atendimento e Acompanhamento aos Migrantes, Refugiados, Apátridas e suas Famílias, a partir da intensificação dos fluxos migratórios na região. O Programa foi mantido até abril de 2021 pelo fundo arquidiocesano e algumas parcerias. A partir de 2021, foi estabelecido convênio com a Prefeitura Municipal de Londrina, passando a receber subvenção da Secretaria Municipal de Assistência Social para a execução de suas atividades.

O Programa visa oferecer acolhida, atendimento e acompanhamento para pessoas em situação de migração, refúgio, apátridas e suas famílias que estejam passando por algum tipo de desproteção social, sendo elas: irregularidades com documentação e falta de acesso a serviços e políticas públicas (renda, moradia, escola, alimentação, saúde, entre outras), se fundamentando atualmente na Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017). Nesse sentido, A Cáritas Arquidiocesana de Londrina (CÁRITAS LONDRINA, 2022) realiza um importante trabalho junto à pessoa migrante, refugiado, apátrida e suas famílias.

Conforme o Relatório Anual de Atividades (CÁRITAS LONDRINA, 2021) do ano de 2021 da Cáritas Arquidiocesana de Londrina, pode-se observar que a instituição realizou cerca de 1.750 atendimentos a imigrantes e refugiados no ano analisado. As principais nacionalidades identificadas nos atendimentos são: haitiana, venezuelana e angolana.

Levando-se em conta que a cidade está localizada em uma rota de fronteira seca para aqueles que cruzam a fronteira do Uruguai, Paraguai, Bolívia e Argentina com destino para São Paulo, a Cáritas representa um ponto de referência ao atendimento a migrantes, sendo que a maioria chega a seu atendimento por busca espontânea ou via encaminhamentos realizados pela Polícia Federal, Serviços da Rede Socioassistencial e sociedade civil geral, para solicitações de documentos de permanência no Brasil e outros acompanhamentos necessários quanto a sua condição de sobrevivência e permanência no Brasil. Ainda, além do atendimento socioassistencial e de encaminhamentos para documentações, a Cáritas em conjunto a Pastoral do Migrante busca efetuar a integração desses migrantes com a comunidade brasileira, expandindo o alcance do atendimento na articulação com as paróquias.

A realidade da mulher migrante em Londrina/PR

Com o objetivo de compreender a realidade das mulheres migrantes atendidas pelo Programa de Atendimento e Acompanhamento aos Migrantes, Refugiados, Apátridas e suas Famílias executado pela Cáritas Arquidiocesana de Londrina/PR, realizou-se uma pesquisa de campo junto às atendidas. Os dados foram coletados entre os dias 11 de abril e 2 de maio de 2022, sendo possível a realização de cinco entrevistas. As entrevistadas foram convidadas a participar da pesquisa ao procurarem a instituição de forma espontânea, buscando principalmente informações sobre documentações.

As entrevistadas são três venezuelanas e duas colombianas, com idades entre 20 e 37 anos. Todas residem na cidade de Londrina/PR, sendo três delas residentes no Jardim Flores do Campo⁹ e duas delas, no Jardim Maria Lúcia¹⁰. A primeira entrevistada reside com seu esposo e seus quatro filhos. A segunda e a terceira residem com seus esposos. A quarta reside com sua mãe, com seus dois filhos e sua irmã. A quinta entrevistada reside com sua irmã, sua mãe e seus dois sobrinhos.

A respeito do nível de escolaridade das entrevistadas, quatro relataram ter o ensino médio completo e uma delas nunca estudou. Sobre o estado civil, foi possível identificar que

9 O Jardim Flores do Campo é uma ocupação localizada na Zona Norte de Londrina.

10 O Jardim Maria Lúcia localiza-se na Zona Oeste de Londrina.

três delas são casadas ou vivem uma união estável e duas solteiras. Acerca das documentações, verificou-se que quatro das entrevistadas possuem o CPF (Cadastro de Pessoas Físicas), três possuem o RNM (Registro Nacional Migratório) e uma das entrevistadas não possuía nenhuma documentação até o momento da entrevista. Assim, torna-se importante ressaltar a importância dos atendimentos prestados pelo Programa para a concretização do acesso à documentação.

Em relação à trajetória e à migração, foi possível identificar que todas as entrevistadas migraram diretamente para o Brasil, tendo como principal rota migratória a região norte. Cavalcanti (2021) destaca que a região norte do país é uma região fronteiriça, sendo a principal porta de entrada para os venezuelanos, principalmente as cidades de Bonfim e Pacaraíma, em Roraima. Tonhati e Pereda (2021) destacam também que, desde 2016, o estado de Roraima, localizado no norte do país, passou a ser uma grande porta de entrada para as mulheres e desde então a quantidade de solicitações de refúgio estão em expansão, passando a ser o estado que mais as recebeu. Acrescenta-se, partindo de Senhoras, Mendes e Silva (2022), que os responsáveis pela “abertura dessa porta”, são em sua maioria Igrejas e organizações humanitárias, principalmente com vinculação religiosa.

No que diz respeito aos motivos que levaram à migração, todas as entrevistadas indicaram a precariedade das condições vivenciadas em seus países, consequência de crises, guerra civil, sendo a questão econômica o principal fator, vindo para o Brasil em busca de melhores condições de vida para si e suas famílias.

Lá não tinha casa. O dinheiro não dava. O dinheiro não era suficiente para sustento e por isso é o motivo que viemos para cá (Entrevistada 1).

Estava procurando melhor vida para minha família. Realmente na Colômbia está muito difícil (Entrevistada 4).

Quanto ao Brasil ter sido o país escolhido, duas relataram que a migração para cá ocorreu por conta da questão econômica do país estar melhor, duas disseram que já tinham familiares aqui e uma delas disse que a fronteira com a Venezuela facilitou.

Baeninger (2017) acentua o fato do Brasil ter sido rota principal para a migração haitiana e outras nacionalidades, afirma que isso ocorreu por consequência de que, nas últimas décadas, países da Europa e os Estados Unidos delimitaram rigorosamente a entrada dos migrantes que buscavam refúgio. A autora afirma que a imigração e a emigração são fenômenos que integram um mesmo processo social, resultando em transformações em todo âmbito social, na dimensão cultural e econômica, em todo território de partida, de trânsito e de chegada.

Cavalcanti (2021) traz a afirmativa de que por resultado de acontecimentos de caráter econômico, social e ambiental, determinados fluxos migratórios foram estimulados a virem para o Brasil. O Brasil foi escolhido por ser de fácil acesso, ter fronteira com a Venezuela e a Colômbia, e, por migrantes conseguirem documentação com maior facilidade, principalmente a partir da mediação de organizações religiosas. Fatores como melhor situação econômica (quando comparado ao país de nascimento), maiores oportunidades de trabalho (mesmo que informal) e melhores condições de sobrevivência foram o que levaram as entrevistadas a migrarem. Como relata uma das entrevistas:

Porque é um país que está com fronteira com a Venezuela e não tem cerca, e muitos imigrantes que têm vindo e dizem que o Brasil é muito bom, que se consegue trabalho, que tem oportunidades aqui (Entrevistada 3).

No que diz respeito ao contexto de trabalho atual, observou-se que três entrevistadas não estavam trabalhando até a realização das entrevistas e duas estavam, mas informalmente. Esse fato vai ao encontro da constatação de Antunes (2018) quando o autor afirma que trabalhadores migrantes vivenciam processos intensos de precarização do trabalho, pois ocupam postos de trabalho informais.

Foi possível compreender que o salário que recebiam em seus países de nascimento não era suficiente para manter as diversas questões de sobrevivência, de si e suas famílias. Sendo assim, afirma-se que a vinda para o Brasil foi uma opção para a melhoria das condições objetivas de vida.

É bom. Aqui o dinheiro dá para comprar bastante comida, dá para mandar para o meu pai, na Venezuela [...] (Entrevistada 2).

Os migrantes, ao chegarem em novos países, encontram novas culturas, nova língua, novos costumes, enfim novos modos de ser e conviver. Como consequência dos movimentos migratórios, é perceptível o crescimento da diversidade e variedade das sociedades, que decorre em questões acerca de que modo seria possível estabelecer a gestão das desigualdades sociais e culturais nos territórios de acomodação destes.

Acerca do fato de sua condição de imigrante interferir quando estão em busca de trabalho, foi possível verificar que as entrevistadas encontram dificuldades relacionadas principalmente ao idioma e cultura.

[...] é muito difícil conseguir um trabalho. Aqui é por recomendação para poder trabalhar. Eu não consegui, porque não conheço muita gente aqui (Entrevistada 3).

No começo foi a língua. Mas aprendo muito rápido. Aqui encontrei pessoas muito boas. É, no começo foi muito difícil. Porque tem muitos brasileiros que

tem muito preconceito, ainda mais com as pessoas da Colômbia (Entrevistada 4).

Bettiol Lanza et al. (2020), identificam as dificuldades vividas pelos imigrantes quando chegam ao Brasil, sendo as principais: dificuldades com a língua/idioma, os costumes opostos aos dos países que saíram, dificuldades acerca da inserção no mercado do trabalho, aquisição de moradias e discriminação.

Com base no relato de uma entrevistada, no qual aponta o preconceito dos brasileiros para com pessoas da Colômbia, pode-se retomar a colocação de Villen (2016) que retrata a difícil convivência entre nacionais e estrangeiros, enquanto parte da história da migração no Brasil, quando os brasileiros pensam que os estrangeiros estão “roubando” seus empregos. Há ainda o preconceito sexual relatado por três entrevistadas ao abordarem as diferenças entre homens e mulheres na busca pelo trabalho, relatando que homens apresentam mais facilidade para encontrarem empregos, o que reafirma aspectos estruturais e culturais da divisão sexual do trabalho.

Considerações Finais

No decorrer da pesquisa, notou-se por meio da revisão bibliográfica e das entrevistas realizadas, que o Brasil, e a região de Londrina de modo específico, configuram-se como rota para migrações contemporâneas, principalmente oriundas do Sul Global. Entre os fatores relatados, encontram-se: a disponibilidade de fronteiras com países da América Latina; a busca por inserção no mercado de trabalho e salários melhores; a melhor situação econômica do Brasil em comparação aos países de nascimento e as restrições impostas pelas políticas migratórias dos países centrais.

Compreende-se, nesse sentido, que as mulheres migrantes residentes em Londrina/PR, migraram de seus países em busca de melhores condições de vida para elas e suas famílias. Ressalta-se novamente que das cinco entrevistadas, três não trabalham e duas trabalham de maneira informal, o que indica a precariedade da inclusão dos migrantes no mercado de trabalho. Indica-se ainda que muitas das dificuldades encontradas pelos migrantes decorrem da ausência de políticas de integração. Enquanto reflexo desta realidade, pode-se compreender que o acesso restrito à renda e aos serviços públicos se caracterizam como as principais consequências da reafirmação da responsabilidade da mulher migrante pelos serviços domésticos e cuidados com os filhos, assim como, a exaltação do culto ao “esforço pessoal” como forma de superação de dificuldades.

Ao analisar os dados coletados à luz do referencial teórico apresentado, foi possível observar que Igrejas e organizações de base religiosa e humanitárias da sociedade civil tem centralidade no acolhimento e defesa de migrantes, sendo protagonistas no recebimento e integração. Essas instituições se tornam essenciais na oferta de ações, programas e projetos a esse público. No bojo de suas ações, distanciam-se da catequização e estímulo à religiosidade e centram esforços na direção da integração social. Em Londrina/PR, a Cáritas assume a vanguarda nos atendimentos, uma vez que até 2021 não havia nenhum tipo de iniciativa estatal destinada ao público migrante.

Embora as iniciativas descritas sejam essenciais ao atendimento das demandas de migrantes, expressam também a lacuna no campo estatal, no que tange à oferta pública de ações que venham ao encontro das necessidades destas, revelando a precariedade da efetivação da legislação e da política migratória nos níveis nacional e local. Diante desta realidade, ressalta-se a importância do Programa desenvolvido pela Cáritas Arquidiocesana de Londrina/PR, figurando-se muitas vezes como única resposta destinada a esse público no município e região que explicita a urgência da ampliação de iniciativas públicas na soma de esforços para o atendimento de migrantes na cidade.

Referências

ACNUR. **Cartilha “Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo” da ACNUR**. 2019, p. 1-32. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/02/CARTILHA-ACNUR2019.pdf>. Acesso em: 26 mar. de 2022.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BAENINGER, R. Migrações transnacionais de refúgio no Brasil. In: LUSI, C. (org.). **Migrações internacionais**: abordagens de direitos humanos. Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017. p. 13-29.

BAGGIO, R. C.; NASCIMENTO, D. B. Do Estatuto do Estrangeiro à nova Lei de Migração no Brasil: breves apontamentos. In: MEJÍA, M. R. G. (org.). **Migrações e direitos humanos**: problemática socioambiental. Lajeado: Ed. da Univates, 2018. p. 19-26.

BETTIOL LANZA, L. M. et al. **Perfil de Imigrantes da Região Metropolitana de Londrina/PR** [livro eletrônico] / coordenação João Ricardo Lemes. Cambé, PR: Grupo SerSaúde - UEL, 2020. Disponível em: <http://www2.uel.br/grupos/sersaude/pages/produasectamicroes-taccnicas.php>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Brasília, 24 maio 2017.

CÁRITAS BRASILEIRA, 2022. Disponível em: <https://caritas.org.br/>. Acesso em: 11 out. 2022.

CÁRITAS LONDRINA, 2022. Disponível em: <https://caritaslondrina.com.br/dese2/>. Acesso em: 11 out. 2022.

CÁRITAS LONDRINA. Relatório de Anual de Atividades do Programa de Atendimento e Acompanhamento aos Migrantes, Refugiados, Apátridas e suas Famílias. Londrina: Cáritas Arquidiocesana de Londrina, 2021.

CÁRITAS INTERNACIONAL, 2022. Disponível em: <https://www.caritas.org/>. Acesso em: 11 out. 2022.

CAVALCANTI, L. A década de 2010 (2011-2020): dinamismo e mudanças significativas no panorama migratório e de refúgio no Brasil. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. (org.). **Relatório Anual 2021: 2011-2020 uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil.** Brasília: Obmigra, 2021. p. 8-23. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anual/Relato%CC%81rio_Anual_-_Completo.pdf. Acesso em: 01 maio 2022.

DUTRA, D. **Migração internacional e trabalho doméstico: mulheres peruanas em Brasília.** Brasília: CSEM, 2013.

FETZNER, A. P. **Políticas públicas para inserção da mulher imigrante no mercado de trabalho decente: uma análise com base na Lei nº 13.445/2017 e na realidade existente no município de Porto Alegre/RS.** 2018. 173 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018.

GRANADA, D. Cultura e Mobilidade Humana: o contexto dos estudos migratórios. In: BETTIOL LANZA, L. M.; FAQUIN, E. S.; ROMIZI, F. (org.). **A mobilidade humana internacional: entre direitos ideais e políticas reais.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 77-94.

MAMED, L. H. Trabalho, migração e gênero: a trajetória da mulher haitiana na indústria da carne brasileira. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 25, n. 49, p. 139–176, 2017.

MARSIGLIA, R. M. G. Orientações básicas para a pesquisa. In: MOTA, A. E. et al (org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.** São Paulo: Cortez, 2007, p. 383-398.

MELO, W. F. Friedrich Engels e a questão habitacional: o pauperismo socialmente produzido no sistema capitalista e as condições de moradia. **Verinotio**, Rio das Ostras, ano X, n. 20, p. 134-149, out. 2015. Disponível em: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/211/201>. Acesso em: 8 maio 2022.

PATROCINO, L. G.; PATROCINO, I. C. G. M. Imigração, aspectos históricos e econômicos da Região Metropolitana de Londrina. In: BETTIOL LANZA, L. M.; FAQUIN, E. S.; ROMIZI, F. (org.). **A mobilidade humana internacional: entre direitos ideais e políticas reais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 237-263.

PERIN, V. “Um campo de refugiados sem cercas”: etnografia de um aparato de governo de populações refugiadas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 303-330, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/CSGvTX4pYVXQbGv6Zhj86Ng/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2022.

PÓVOA NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. **Experimental**, São Paulo, n. 2, p. 11-24, mar. 1997.

SANTOS, C. M. **Exploração e opressão da força de trabalho feminina e sua luta pela emancipação**. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

SAYAD, A. **A Imigração: Ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EdUsp, 1998.

SCHUH, T. J.; SILVA, M. G. Divisão sexual do trabalho: uma análise da exploração histórica do trabalho feminino e sua manifestação no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 5, n. 14, p. 141–146, 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/246>. Acesso em: 5 jan. 2022.

SENHORAS, E. M.; MENDES, F. L.; SILVA, C. A. B. O papel das igrejas e organizações religiosas na migração venezuelana em Roraima (2018-2022). **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 10, n. 30, p. 129–142, 2022. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/681>. Acesso em: 12 nov. 2022.

TONHATI, T.; PEREDA, L. A feminização das migrações no Brasil: a inserção laboral de mulheres imigrantes (2011-2020). In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. (org.). **Relatório Anual 2021: 2011-2020 uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Brasília: Obmigra, 2021. p. 155-183. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anual/Relato%CC%81rio_Anual_-_Completo.pdf. Acesso em: 01 maio 2022.

VILLEN, P. Periféricos na periferia. In: BAENINGER, R. et al (org.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 45-64.